

Capítulo 7

Da união nacional à incerteza

O capítulo anterior termina a análise em meados de 1983. Nele estão estabelecidas as bases analíticas do que iria acontecer no Brasil nos dezoito meses seguintes, quando, afinal, a luta popular e da sociedade civil a favor da redemocratização torna-se vitoriosa sobre a estratégia protelatória do autoritarismo.

Todas as classes sociais estavam interessadas na redemocratização. A grande burguesia, entretanto, era menos entusiasta em relação à redemocratização rápida e colocava como condição para ela a conciliação nacional, ou seja, um tipo de transição que não arriscasse a ordem capitalista estabelecida.

Para a burguesia, o candidato ideal teria sido Aureliano Chaves, que garantia, ao mesmo tempo, a continuidade do regime e sua relativa redemocratização. A alternativa Tancredo Neves só foi possível, de um lado, porque o presidente Figueiredo não teve condições para cerrar fileiras em torno do candidato natural de seu partido, e, de outro, porque a histórica campanha cívica pelas eleições diretas, no primeiro semestre de 1984, tornou inviável uma solução conservadora de mera conciliação de elites.

Neste capítulo reúno, sem qualquer alteração, alguns dos artigos que publiquei na *Folha de S. Paulo* desde o segundo semestre de 1983 (quando termina a análise do capítulo anterior) até o processo de união nacional interclassista que se formou em torno de Tancredo Neves em seguida à campanha das eleições diretas, e que afinal o elegeu presidente da República em nome da redemocratização do país, da conciliação nacional demandada pela burguesia e

das mudanças sociais exigidas pelos trabalhadores e pelas classes médias tecnoburocráticas ou assalariadas.

No dia previsto para a posse de Tancredo Neves, 15 de março de 1985, um acontecimento trágico e inesperado abala a nação: o presidente eleito é submetido a uma operação cirúrgica de emergência. Depois de 39 dias de ansiedade, falece no dia 21 de abril, assumindo em seu lugar o vice-presidente José Sarney. Neste capítulo publico também os artigos que escrevi sobre o assunto nesse período.

Unidade na difícil travessia

Nestes últimos dias tivemos duas manifestações decisivas da sociedade civil: de um lado o documento corajoso dos doze empresários, de outro a reunião de mais de cinco mil delegados do CONCLAT em São Bernardo do Campo. Em ambos os casos, o repúdio à política econômica oficial foi a tônica. A sociedade não quer se ver vencida pela crise e protesta, propõe soluções alternativas, organiza-se.

Enquanto o governo federal permanece em total imobilismo, que a fugaz presença de Aureliano Chaves na presidência não chegou a alterar, a sociedade civil continua a movimentar-se. O imobilismo do governo reflete sua ilegitimidade, sua impotência diante da crise. Em contrapartida, a movimentação da sociedade civil revela sua vitalidade e sua determinação de ganhar independência não apenas em relação ao governo mas também em relação ao Estado.

O interessante é que nem o Documento dos Doze nem o CONCLAT de São Bernardo são manifestações "oficiais". Não têm a chancela do Estado. Quem tem essa chancela são as confederações e federações de empresários, de um lado, e de trabalhadores, do outro; são as manifestações do Estado corporativo brasileiro. E por isso mesmo não têm a representatividade dos doze empresários ou do CONCLAT, este ainda que dividido.

Porque representatividade não é sinônimo de unidade. Se os empresários, da mesma forma que os trabalhadores, são classes imensas e complexas, não há por que esperar dessas classes unidade. O que se espera é que se organizem, e que assim surjam dentro delas grupos ou organizações que representem de forma efetiva frações importantes.

Essas duas manifestações da sociedade civil foram comple-

quando o governador Franco Montoro reuniu, no sábado, todos os governadores da oposição para assinarem um manifesto, e, segundo, quando as principais entidades da sociedade civil brasileira realizaram no domingo um comício em São Paulo a favor das eleições diretas.

Antes disso, os fatores recentes que contribuíram para a eclosão desse movimento nacional foram quatro: 1) a declaração de independência do Congresso, recusando os Decretos presidenciais nºs 2.024 e 2.045; 2) as eleições diretas na Argentina; 3) o lançamento da campanha por eleições diretas pelo governador de São Paulo no início de novembro; e, finalmente, 4) as declarações do presidente da República em Lagos, manifestando-se pessoalmente a favor das eleições diretas, que só não se realizariam devido à oposição de seu partido, o PDS.

O último fator foi decisivo. A instituição da presidência da República é ainda muito forte no Brasil. Embora a sociedade civil, representada politicamente pela oposição e pela maioria dos governadores do PDS, já houvesse optado pelas eleições diretas, ela parecia à espera do sinal verde do presidente. Quando este surgiu, de nada adiantaram os desmentidos posteriores. As comportas estavam abertas para um grande movimento nacional de restabelecimento da democracia.

As oposições que restam às eleições diretas provêm apenas de dois focos: dos políticos oportunistas dentro do PDS, ligados principalmente ao sr. Paulo Maluf, e dos restos da extrema direita militar e civil, que têm medo da manifestação popular representada pelas eleições diretas.

A oposição representada pelo sr. Paulo Maluf ou pelo sr. Mário Andreazza às eleições diretas é cada vez menos importante, na medida em que o PDS sente cada vez mais claramente que apoiá-los será um suicídio político. A oposição representada pela direita ou pelos grupos conservadores existentes no país, entretanto, era muito mais significativa. Durante um longo período, a partir de 1964, a posição contra as eleições diretas tornou-se dominante na sociedade civil brasileira. Não era uma posição exclusiva da extrema direita, sequer da alta burguesia conservadora, já que contava com o apoio de amplos setores das classes médias.

Nos últimos anos, entretanto, esta posição mudou paulatina mas firmemente, na medida em que o regime autoritário instalado em 1964 se esgotava e entrava em processo de deterioração. No início deste ano, entretanto, quando o alto empresariado brasileiro,

que apoiou a redemocratização, se lançou decididamente (e irresponsavelmente) no jogo dos presidencialistas, ficou claro que ainda havia setores importantes da sociedade civil jogando nas eleições indiretas e com medo das diretas.

Entretanto, o aprofundamento da crise econômica, de um lado, e o crescente impasse político representado pela perspectiva da escolha via Colégio Eleitoral de um novo presidente sem legitimidade política — quando essa legitimidade torna-se mais importante do que nunca para se enfrentar a crise econômica —, de outro lado, levaram a uma mudança rápida nas resistências às eleições diretas por parte dos setores conservadores da sociedade. Sobraram apenas, isolados, os oportunistas e a extrema direita.

O fato de que a eclosão do movimento pelas diretas tenha ocorrido em São Paulo e que o governador do estado tenha tido um papel importante no processo, não é fortuito. São Paulo é a sede da sociedade civil brasileira, e as eleições diretas são hoje não apenas um pleito do povo brasileiro mas também da sociedade civil deste país. Nesse sentido, tudo indica que o caminho em direção às eleições diretas é irreversível. (29.11.83)

Probabilidades eleitorais em 1984

As eleições diretas vão se transformando em uma tese vitoriosa não apenas porque contam com o apoio maciço da sociedade civil brasileira, mas também porque, por paradoxal que possa parecer essa afirmação, através de eleições diretas o governo e o PDS têm melhores condições de eleger o sucessor do presidente Figueiredo do que através de eleições indiretas.

Em qualquer das hipóteses, a probabilidade de um candidato das oposições ser eleito é maior do que a de um candidato do PDS. Mas no caso de eleições indiretas, apesar de a maioria do Colégio Eleitoral pertencer ao PDS, a probabilidade de um candidato das oposições ser eleito é maior do que no caso de eleições diretas.

No caso de eleições indiretas, os candidatos prováveis do PDS serão ou Paulo Maluf ou Mário Andreazza. O PMDB, por sua vez, e provavelmente os demais partidos da oposição deverão fechar com Tancredo Neves. Nem Ulysses Guimarães nem Franco Montoro são candidatos em eleições indiretas. Ora, para um número considerável de representantes do PDS, o nome do governador de Minas Gerais é mais aceitável do que os daqueles dois políticos do

PDS. Acresce que, como deixou muito claro Leitão de Abreu, a fidelidade partidária não poderá ser exigida na eleição indireta. Com o maciço apoio que Tancredo Neves contará da sociedade civil, a pressão da opinião pública sobre os membros do Colégio Eleitoral será enorme. É natural, portanto, prever a vitória do governador de Minas Gerais.

Por outro lado, no caso de eleições diretas, as oposições se dividirão. O PMDB apresentará ou Ulysses Guimarães ou Franco Montoro. O PDT lançará Leonel Brizola. E o próprio PT é capaz de lançar seu candidato, mesmo que a legislação eleitoral seja democrática e permita coligações. O PDS, por sua vez, conta com um candidato forte em eleições diretas: Aureliano Chaves. As possibilidades de vitória do PDS são, portanto, concretas apesar do desprestígio popular do governo.

O PDS encontra-se, portanto, preso em uma armadilha: a armadilha do Colégio Eleitoral. É certo que suas probabilidades nesse colégio aumentariam se escolhesse Aureliano Chaves como candidato às indiretas, porque nesse caso as probabilidades de Tancredo Neves diminuiriam. Mas é pouco provável que o faça, dada a campanha que Paulo Maluf vem fazendo para conquistar os convencionais do PDS.

Estes convencionais estão sendo seduzidos de todas as maneiras possíveis. Mas não são suicidas. Escolherão Paulo Maluf no caso de eleições indiretas, porque imaginam que em seguida será eleito pelo Colégio Eleitoral e cumprirá suas promessas em termos de cargos e favores. Não o escolherão, porém, em eleições diretas, porque sabem que não terá a mínima condição de, em seguida, ser eleito.

Escolhido Paulo Maluf, como é mais provável, para disputar as eleições indiretas o PDS rachará, a começar pelo próprio presidente da República. E teremos a provável escolha de Tancredo Neves. O mesmo tenderá a ocorrer, embora com menos segurança, se o candidato for Mário Andreazza.

É a percepção desse fato por um número crescente de membros do PDS, a partir do presidente da República, além de sua própria sensibilidade política quanto à atitude dos seus eleitores, que os está levando a propor eleições diretas. Como as eleições diretas são, mais do que um anseio, uma demanda do povo e da sociedade civil, dificilmente deixarão de vingar em 1984. Só a inércia das instituições ou a falta de capacidade de negociação dos políticos poderá impedir que uma tese apoiada por toda a sociedade deixe de

ser vitoriosa. A Convenção Nacional do PMDB, domingo último, em Brasília, quando sua unidade foi reafirmada, foi mais um passo importante nesse sentido. Mas o passo decisivo ainda deverá ser dado pelo presidente da República e pelo PDS. (6.12.83)

Conservadorismo e democracia

Há dois ventos fortes soprando na sociedade brasileira desde pelo menos 1977, quando a sociedade civil optou definitivamente pela redemocratização do país: o vento democrático e o vento conservador. As classes dominantes brasileiras — a burguesia e secundariamente a classe média tecnoburocrática — sentem que o retorno à democracia é essencial, mas ao mesmo tempo revelam um sólido conservadorismo político, que atrasa a redemocratização e, no momento, dificulta o retorno às eleições diretas.

O conservadorismo, no Brasil, está relacionado basicamente com a idéia de “ordem” — expressão que aparece no dístico da bandeira brasileira ao lado de “progresso”. Ordem significa disciplina política e social; significa segurança; significa o respeito à hierarquia social, política e burocrática; significa que todos os participantes do drama econômico e social desempenharão rigorosamente seus papéis; significa a segurança das instituições que garantem essa disciplina: de um lado, a Constituição e as demais leis do país, de outro, as Forças Armadas e a polícia — e portanto o Poder Executivo —, o Poder Judiciário e o próprio Poder Legislativo.

O conservadorismo tem outros conteúdos ideológicos, mas o essencial é o da ordem, porque afinal todos os demais valores são-lhe implícita ou explicitamente subordinados. A ordem é essencial para as classes dominantes brasileiras porque elas sabem — apesar de toda a estabilidade política que existe hoje no Brasil — que elas só terão a perder diante de qualquer avanço econômico ou político das classes populares. Especialmente porque as desigualdades de riqueza, de renda, de prestígio social e de poder político neste país são imensas.

Dois exemplos desse conservadorismo das classes dominantes brasileiras são a atitude dos empresários e do presidente da República em relação às eleições diretas.

As eleições diretas — aliás, como uma política mais firme em relação aos credores na área externa — podem resultar em uma certa desordem social. A “desordem” seria limitada, perfeitamente

controlável, expressar-se-ia fundamentalmente em um certo grau de imprevisibilidade. Mas esse fato é suficiente para a burguesia, como o presidente, embora declarando-se sempre a seu favor, não lhe dê todo o apoio necessário.

Elio Gaspari, em artigo recente no *Jornal do Brasil*, afirmou, com muita agudeza que a elite brasileira “tem um comportamento ambíguo: defende a liberdade em público, disputa o poder nas conversas privadas e busca favores nas conversações com o poder público”. Para ela, “a realização de eleições diretas é desejável para mudar a equipe de governo, mas não a ponto de permitir mudanças tão profundas quanto são as possíveis”. (“Deu-se a reação conservadora”, 9.12.83)

O presidente, por sua vez, declara e repete em entrevistas que é favorável às eleições diretas, mas posterga-as, protestando, em um discurso dirigido aos militares, contra aqueles que “tentam pressionar o governo no sentido de que dê mais velocidade ao processo de abertura democrática, esquecidos de que o fundamental, o básico para a condução segura do processo de democratização, está sendo realizado: o fortalecimento das instituições, inclusive o das instituições militares” (discurso de 9.12.83).

É significativo que esse vento forte do conservadorismo convive com a reafirmação muitas vezes sincera dos valores democráticos. Na verdade, o conservadorismo não é a mesma coisa que o autoritarismo. É uma atitude política mais refinada, mais matizada, mesmo quando tem a ordem como seu valor fundamental. Mas não há dúvida de que existe uma contradição intrínseca entre o espírito conservador e o espírito democrático. Quando um democrata pertence à classe dominante, ele precisa estar disposto a aceitar — ou arriscar — mudanças em certas características da ordem estabelecida para continuar a ser democrata. Aceito esse critério, vale a pena perguntar quem é, afinal, democrata neste país. E para responder a essa pergunta a tese das eleições diretas tornou-se um divisor de águas. (12.12.83)

Impasse militar no final de 1983

1983 foi um mau ano para o Brasil. No plano econômico, a recessão iniciada em 1981 transformou-se em depressão, ao mesmo tempo que a inflação dobrava de patamar: o produto interno decresceu 3,9% e a inflação alcançou 211%. O saldo comercial de 6,3

bilhões de dólares foi, em parte, uma vitória de Pirro, porque logrado às custas de violenta redução das importações. A negociação da dívida externa foi uma somatória de equívocos durante o primeiro semestre; ganhou mais consistência no segundo, mas permaneceu tímida e afinal não logrou a adesão necessária de todos os bancos para o modesto empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares. A dívida externa cresceu como estava previsto. E nossa credibilidade externa não aumentou em nada, apesar de todo o sacrifício imposto à nação. As perspectivas para 1984 continuam negras; os empresários prevêem em geral um novo ano pior ou igual a 1983.

No plano político 1983 não foi melhor. Depois da vitória eleitoral das oposições em 1982, que obtiveram 58% dos votos populares nas eleições para a Câmara dos Deputados e mais do que isso nas eleições majoritárias para o Senado e os governos dos estados, o Brasil viveu o impasse político causado pela ilegitimidade do Colégio Eleitoral que elegerá o novo presidente da República.

Esse impasse já estava definido no amanhecer das eleições de novembro de 1982, mas era de se esperar que durante 1983 ocorressem progressos no sentido de resolvê-lo. Esses progressos ocorreram, especialmente ao nível das classes dominantes, que perderam o medo das eleições diretas, mas ficaram aquém das expectativas devido à pouca sensibilidade do governo.

O primeiro semestre foi lastimável. Enquanto os escândalos continuavam a estourar — Delfim, Capemi, Coroa-Brastel —, as classes dominantes e o PDS atiravam-se ao “jogo dos presidencialíveis”. Os empresários optavam por Aureliano ou por Beltrão, o presidente demonstrava preferência por Andreazza; e Paulo Maluf, apesar da fragorosa derrota do PDS em São Paulo e do desmoralizante governo que aqui realizou, corrompia com promessas e amabilidades de todos os tipos boa parte dos convencionais do PDS.

No segundo semestre, a percepção de que as eleições diretas são a única solução para a crise institucional em que se encontra o país ganhou toda a sociedade civil. E quase sensibilizou o presidente, conforme ficou claro em suas declarações durante a viagem à África.

O ano, entretanto, foi tristemente encerrado pelo discurso do presidente no último dia 29, em que se demitiu da coordenação da escolha do nome do novo presidente. Ele recebera essa delegação do PDS, que, ao fazê-lo, refletira as preocupações do alto comando militar. Ao devolver a delegação, o impasse político brasileiro ganha uma nova dimensão: a dimensão militar.

A percepção de que chegou o momento de terminar o regime militar e eleger um presidente civil ocorrera também no primeiro semestre de 1983. No processo de transição, entretanto, pareceu aos militares que deveria caber ao seu representante maior, o presidente da República, ouvidos os membros do PDS e do restante da sociedade, coordenar a escolha do novo presidente. Só essa prerrogativa militar justificava para o próprio regime militar a existência de um Colégio Eleitoral não representativo, ao invés de um processo diretamente democrático de escolha do novo presidente.

Ao demitir-se o presidente dessa coordenação surge o novo impasse. Um instrumento espúrio como o Colégio Eleitoral cai nas mãos de civis, que declaram abertamente que o utilizarão em seu benefício próprio. A "legitimidade" do Colégio Eleitoral perante os militares desaparece imediatamente. E o impasse político ganha agora um perigoso ingrediente militar. De fato, a utilização, por civis, de um instrumento autoritário como é o Colégio Eleitoral para beneficiar interesses particulares é algo que será muito difícil de ser aceito pelos militares brasileiros.

E se afinal, apesar de tudo, um presidente for eleito por esse Colégio Eleitoral — sem apoio nem do povo, nem da sociedade civil, nem dos militares — é fácil imaginar que os problemas políticos brasileiros só se agravarão: o Brasil estará dando uma demonstração de irresponsabilidade nacional. (3.1.84)

O comício da Sé e a sociedade civil

O comício da Praça da Sé, no último dia 25 de janeiro, foi a maior manifestação popular ocorrida nas últimas décadas no Brasil. Além de um extraordinário ato de presença do povo, entretanto, o comício foi uma indicação segura de que a sociedade civil brasileira democratizou-se, ampliou suas bases, e neste momento está quase plenamente identificada com o povo na campanha pelas eleições diretas para presidente da República.

Entendo por sociedade civil o povo organizado e ponderado segundo o poder das classes, frações de classe e grupos de interesses. Na sociedade civil as classes dominantes são, portanto, mais poderosas do que o povo. E, na medida em que forem mais poderosas, a própria sociedade civil será menos democrática, mais fechada, e, contraditoriamente, mais fraca, porque mais sujeita ao arbi-

trio autoritário de organizações militares ou políticas de extrema direita ou de extrema esquerda.

No Brasil, nos últimos dez anos, há um contínuo fortalecimento e democratização da sociedade civil, e, portanto, há uma aproximação maior entre a sociedade civil e o povo, na medida em que a redemocratização do país se transformou em uma aspiração nacional. O comício da Praça da Sé foi um momento culminante desse processo.

Embora o governador Franco Montoro tenha decidido sua realização, quando muitos duvidaram do seu êxito, o comício não foi do governador de São Paulo. Como não foi de nenhum partido político, nem das organizações de extrema esquerda com suas bandeiras fora do lugar. E não foi um comício dos trabalhadores, nem da classe média, nem dos estudantes, nem dos jovens, nem dos velhos, porque foi de todos. Não foi também um comício dos seus organizadores, nem da campanha publicitária que o procedeu, porque, se a causa não houvesse tomado anteriormente as mentes e os corações da grande maioria da população paulista, jamais teria sido possível reunir na Praça da Sé e arredores tamanha multidão.

A sociedade civil e o povo manifestaram-se, assim, unidos na Praça da Sé. Resta saber agora quem ainda é contra as eleições diretas. Praticamente só os oportunistas reunidos em torno de dois "presidenciáveis" pelas indiretas: Maluf e Andreatza. Sobre eles nada há a fazer.

Mais importante, entretanto, é saber quem, sendo a favor, ainda não decidiu colocar-se abertamente na luta pelas eleições diretas. São os conservadores, que têm medo que as eleições diretas permitam a subida ao poder de um líder populista. São uma parcela dos militares, que têm medo que se registre no Brasil o que vem ocorrendo na Argentina. São membros do PDS, como o sr. Aureliano Chaves, que declaram-se a favor das diretas, mas aceitam disputar as indiretas e não participam da campanha por uma questão de disciplina.

As razões dos conservadores, dos militares temerosos e dos democratas do PDS devem ter ficado abaladas depois do comício da Praça da Sé: um comício tão pacífico e não-radical quanto espetacular. Ulysses Guimarães já percebeu que um objetivo fundamental da campanha pelas diretas é agora convencer esses grupos. Por isso vai procurar falar com Aureliano Chaves. Por isso tem tranqüilizado continuamente os militares e os conservadores.

Como analista político tenho o defeito do otimismo, mas

depois do comício da Praça da Sé, do qual participei no meio do povo, sinto que as eleições diretas e, portanto, a democratização deste país estão muito mais próximas. (31.1.84)

Classes dirigentes e Aureliano Chaves

A contradição intrínseca da posição do sr. Aureliano Chaves em relação à crise política brasileira — apóia as eleições diretas já mas candidata-se também pela via indireta — reflete com precisão a contradição das classes dirigentes brasileiras. Estas são favoráveis às eleições diretas em 1984, mas não acreditam que o movimento pelas diretas venha a ser vitorioso, e portanto tratam de articular-se em função da escolha de um candidato indireto que possa fazer frente à ameaça intolerável representada pelos senhores Maluf e Andreazza.

Este “realismo” das classes dirigentes — particularmente da alta burguesia — é “confirmado” pela posição dos três ministros militares e do presidente da República, que comunicam à nação seu veto as eleições diretas. Se os militares não querem eleições diretas e se os oportunistas do PDS também não a desejam, as classes dirigentes concluem que não teremos eleições diretas, e tratam de pensar o que fazer depois da derrota da emenda Dante de Oliveira.

Acontece que a afirmação de que a posição dos ministros militares representa a real posição dos militares brasileiros é, no mínimo, muito discutível. Os militares brasileiros sempre refletiram com razoável fidelidade os sentimentos da sociedade civil. E a sociedade civil brasileira, identificada com o povo, continua indiferente às advertências e aos vetos; continua engajada na mais extraordinária campanha cívica de que esta nação tem notícia: a campanha pelo restabelecimento definitivo da democracia através de eleições diretas.

Nesse quadro, o editorial da *Folha de S. Paulo* de domingo último cobrando mais coerência do sr. Aureliano Chaves é de extrema importância. Aureliano Chaves já caminhou muito, com coragem e ousadia, mas para se transformar em um estadista precisará dar mais alguns passos decisivos.

O primeiro será o de convocar abertamente todos os seus correligionários para votar a favor da emenda constitucional pelas eleições diretas. Compreende-se que não queira subir no palanque com os líderes da oposição para participar dos grandes comícios

pelas diretas. Mas nada justificará que ele se omita na campanha ao nível do Congresso para votar pela reforma da Constituição. O restabelecimento das eleições diretas é hoje muito mais importante para esta nação do que sua fidelidade às posições políticas de um governo contraditório, desorientado e dissociado da nação, como ele próprio o admite.

Se as classes dirigentes deste país e o sr. Aureliano Chaves — que é sem dúvida um dos seus mais legítimos representantes — pararem por um momento de articular eleições indiretas e concentrarem todo seu esforço na emenda pelas diretas, nada segurará sua aprovação. O governador Tancredo Neves, que é outro representante indiscutível dessas classes dirigentes, já tomou esta posição. Já percebeu que não pode dissociar-se do povo e da própria sociedade civil. O resultado foi um comício em Belo Horizonte provavelmente ainda maior do que o organizado pelo governador Montoro em São Paulo.

O momento, agora, é para concentração de esforços, com vistas à aprovação da emenda. Vamos ver se as classes dirigentes deste país e o sr. Aureliano Chaves compreenderão este fato e dirão aos parlamentares do PDS ainda não comprometidos com as diretas o que a grande maioria dos seus próprios eleitores já está dizendo: resgatemos o Brasil de um autoritarismo já superado através do restabelecimento imediato das eleições diretas. (28.2.84)

Ulysses, impasse e negociação

A sociedade brasileira deposita uma firme esperança de que a votação da emenda restabelecendo as eleições diretas neste ano resolva o impasse político gravíssimo criado pela ilegitimidade do Colégio Eleitoral. Não há, entretanto, garantia de que esse impasse seja resolvido, dada a recusa à negociação por parte do governo federal.

Negociação significaria, da parte do governo, ou aceitar a tese das eleições diretas já — esta seria, aliás, a solução mais democrática e mais patriótica —, ou então significaria propor um governo de transição de curta duração (dois anos e meio) acompanhado da convocação de Assembléia Constituinte a ser eleita em 15 de novembro de 1986. Em seis meses haveria tempo para a Assembléia Constituinte definir a forma de eleição do novo presidente e proceder-se a sua eleição.

O governo, entretanto, recusa-se a negociar, ainda que haja uma atitude favorável à negociação em certos setores minoritários do governo não comprometidos com o continuísmo autoritário representado pelas candidaturas Andreazza e Maluf.

No seio da oposição, por sua vez, embora haja um amplo setor favorável a algum tipo de negociação, aumentou nas últimas semanas, à medida que a campanha cívica pelas eleições diretas se tornava vitoriosa, o número dos que adotam uma atitude extremamente negativa à negociação. Com mais insistência e às vezes com indignação passou-se a ouvir que negociação é ilusão, é traição, é conciliação de elites contra o povo. Estas atitudes partem dos setores mais radicalmente democráticos ou mais de esquerda da oposição, enquanto que os setores mais moderados da oposição e as classes dominantes burguesas e tecnoburocráticas comprometidas com as eleições diretas continuam a falar na necessidade de algum tipo de negociação com o governo ou, pelo menos, com os setores aurelianistas do PDS, para viabilizar a emenda Dante de Oliveira, ou, no caso de sua derrota, para tornar possível o lançamento pela oposição de um candidato de centro, mas pertencente a seus quadros, que seja capaz de uni-la e obter uma parte dos votos de representantes do PDS no Colégio Eleitoral.

Neste quadro de impasse entre governo e oposição e de divisão entre os setores mais de esquerda e os mais moderados, ou entre os setores mais utópicos e os mais realistas dentro da oposição, o papel que vem desempenhando e continuará a desempenhar o sr. Ulysses Guimarães é fundamental.

Com admirável sentido de patriotismo e de coragem ele vem liderando a oposição democrática brasileira nestes últimos doze anos. No momento ele é acusado pelos conservadores de radical, porque recusar-se-ia a negociar com o governo. Na verdade, quem se recusou até agora a negociar com a oposição sobre uma agenda mínima de retorno à democracia a curto prazo foi o governo federal.

O presidente do PMDB vem sendo pressionado de todos os lados. Dentro de seu partido, principalmente, vem sendo pressionado pelos moderados ou realistas. Mantém, entretanto, sua independência.

Essa independência será fundamental na eventualidade da recusa da emenda Dante de Oliveira. Esta recusa implicará lançar o país em um período de turbulência social e política sem precedentes. E nesse momento, diante da irresponsabilidade dos congressistas do PDS, só um homem que soube manter sua integridade demo-

crática terá condições de negociar em nome da oposição uma saída para o impasse. (10.4.84)

Maturidade política e união nacional

Ontem estávamos todos na grande passeata pelas diretas de São Paulo. Passeata-comício que novamente trouxe para a praça pública representantes de todas as classes — trabalhadores, classe média tecnoburocrática, burguesia. E este fenômeno político repete-se em todo o Brasil. Em todas as cidades a população comparece em massa aos comícios, sem distinção de classes, de credos, de raças. Estão todos na praça: extrema esquerda, esquerda, centro e até a direita. Só a extrema direita e alguns oportunistas que ainda contam com a manutenção do regime autoritário não estão engajados na mais extraordinária campanha cívica de que o Brasil tem notícia.

Na verdade, o que se produziu no Brasil nestes últimos meses foi uma grande união nacional, uma grande união interclassista, que geralmente só ocorre, de fato, quando um país está em guerra, enfrentando um inimigo externo. Não estamos em guerra, não há inimigo externo de quem se defender, mas há um inimigo interno a ser derrotado: o regime autoritário que há vinte anos domina o país, o regime autoritário que levou o país a uma crise econômica e a uma situação de desmoralização dos governantes sem precedentes.

Diante dessa situação produziu-se a união nacional, a união interclassista de toda a sociedade brasileira, a identificação da sociedade civil com o povo.

Conforme observa o historiador Bóris Fausto, entretanto, esta campanha cívica só se constituirá em um fenômeno histórico marcante se lograr seu objetivo, se modificar a estrutura de poder existente no Brasil.

Há uma semana havia ainda muita gente que duvidava do êxito da campanha. Depois do comício do Rio de Janeiro no último dia 10, entretanto, a mudança de posição dos deputados do PDS acelerou-se. E ganhou ainda mais força quando o presidente, em um de seus momentos de espontaneidade, afirmou que se estivesse no Rio seria o milionésimo primeiro participante do comício e criticou o PDS por sua insensibilidade à idéia das diretas. Os desmentidos ridículos do dia seguinte não mudaram em nada o fato. E certamente indignaram muitos membros do PDS, que aceitam o coman-

do do presidente contra a voz de toda a sociedade. Ao fazer aquela declaração, o presidente confundiu todos os deputados e senadores do PDS com o grupo de oportunistas que apóia as candidaturas indiretas de Maluf e Andreazza. E os responsabilizou por uma tomada de posição que na verdade é oficialmente do presidente.

A probabilidade de aprovação da emenda das diretas apoiada nessa extraordinária campanha interclassista aumenta, portanto, dia a dia.

Com essa campanha o povo brasileiro vem dando uma demonstração de maturidade política que surpreende a muitos. A preocupação em manter a unidade do movimento moderou todos os radicalismos. Quando grupos de esquerda davam um passo mais ousado, como foi o caso da proposta de transformar a paralisação aprovada pelo Comitê Pró-Diretas em greve geral no dia 25 de abril, ou o excesso de bandeiras vermelhas nos comícios, os demais membros do movimento pediam moderação e a moderação era lograda.

Depois desta campanha, a velha tese autoritária de que o Brasil não está preparado para a democracia perdeu qualquer sentido. A democracia convive perfeitamente com o conflito e o debate entre as classes, mas só é possível quando existe um pacto social básico unindo o povo e a sociedade civil em torno de certos valores essenciais como a liberdade e o respeito aos direitos humanos. A campanha pelas diretas demonstrou que esse pacto já existe no Brasil. (17.4.84)

Negociar? Só com democratas

Depois da rejeição, apenas por 22 votos, da emenda Dante de Oliveira, as classes dominantes e bem pensantes voltam a falar em negociação. “É preciso negociar, é preciso negociar, é preciso negociar”, dizem e repetem empresários e políticos conservadores.

Mas, “negociar o quê?”, pergunta a sociedade civil, perguntam os trabalhadores, perguntam os políticos de oposição. “Negociar contra o povo? Negociar traindo o povo? Negociar traindo toda a própria sociedade civil que participou desta campanha cívica pelas eleições diretas?”

Para a oposição é extremamente difícil negociar neste momento, porque qualquer transigência em relação ao adiamento das eleições diretas é uma traição.

Por outro lado, é difícil acreditar que seja possível convencer

mais 22 deputados do PDS a deixarem a covardia ou o oportunismo de lado, quando da votação da subemenda à emenda do governo. Mas não é impossível, se o sr. Aureliano Chaves tomar uma posição mais clara e decidida, e se a pressão popular continuar sem que se perca a unidade partidária e interclassista da campanha.

No momento não há outra alternativa para a oposição senão continuar a luta e a mobilização popular. O comício nacional do próximo dia 13 será o primeiro passo.

O novo prazo é a votação da emenda do governo. O argumento hoje mais válido do que nunca a favor da mobilização popular pacífica é que é impatriótico eleger um presidente pelo Colégio Eleitoral. Já era impatriótico antes da campanha pelas diretas e da votação da emenda Dante de Oliveira. Agora, depois da campanha e dos 298 votos dados à emenda, é duplamente impatriótico — é na verdade uma irresponsabilidade para com a nação — eleger alguém pelo Colégio Eleitoral. E é bem possível que mais 22 deputados do PDS acabem se apercebendo deste fato.

É claro que existe também a hipótese do mandato de transição. Mas quem terá autoridade para exercê-lo? E que programa mínimo deverá esse eventual candidato de união nacional apresentar à nação? O mínimo seria a convocação de Assembléia Constituinte, a capitalização forçada dos juros da dívida externa e uma política econômica orientada para a retomada do crescimento. Ora, nenhum candidato do governo tem condições políticas para adotar esse programa, e um candidato da oposição não será aceito pelo governo.

Na verdade, não é possível negociar porque o governo, ao procurar adiar a extinção do regime autoritário, colocou-se contra a nação. Por isso a luta continuará. As negociações serão possíveis, mas com os democratas do PDS, que são uma minoria mas existem e podem crescer. Com o governo, infelizmente, não há negociação possível. (1.5.84)

Inviabilidade da conciliação de elites

Uma pergunta está nos lábios de todos os verdadeiros democratas nestes dias. Eles querem saber se, ao sabor das negociações desejadas pelo governo e pelos setores conservadores das classes dominantes e da oposição, não se desenha uma nova conciliação de elites. Eles querem saber se, afinal, não se chegará a uma fórmula que garanta o poder das elites contra o povo.

Chamo de “democratas verdadeiros” os democratas que não vêem na democracia uma mera fórmula jurídica de garantia de liberdades. Que entendem que a democracia só é verdadeira quando alia o conceito de liberdade ao de igualdade. Que entendem a igualdade entre os homens, entre as classes e entre as raças como sendo intrínseca, só não se realizando na prática em função das diferenças de oportunidade de educação, poder e riqueza. E que repudiam, portanto, os conceitos de elite natural e de rotação das elites.

A preocupação desses democratas com uma nova conciliação de elites é fundada. Afinal, as grandes crises políticas no Brasil sempre foram resolvidas através de um acordo ao nível das classes dominantes. Em certos momentos, como na proclamação da República ou na Revolução de 1930, e ao contrário do que ocorreu em 1964, houve mudança do “sócio maior” — na expressão de Ignácio Rangel — do bloco de poder. Mas sempre o poder ficou firmemente encastelado nas mãos de uma elite.

Hoje, entretanto, a tradicional conciliação de elites não é mais possível no Brasil.

Em meados de 1983 escrevi um artigo (Bresser Pereira, 1983a) em que procurei mostrar que a negociação desejada pelas classes dominantes não poderia resultar na clássica conciliação de elites, porque houve nos últimos anos no Brasil um amplo processo de ampliação e portanto democratização da sociedade civil.

A sociedade civil, onde se situa o verdadeiro poder político em um país, deixou de ser constituída exclusivamente pela alta burguesia, apoiada na pequena burguesia e na tecnoburocracia militar conservadora. Houve uma explosão da classe média no Brasil, não apenas burguesa mas também tecnoburocrática. Por outro lado, os trabalhadores organizaram-se e ganharam poder político ao nível dos sindicatos e dos partidos.

Esta ampliação e democratização da sociedade civil já tornava difícil, senão inviável, a pura e simples conciliação das elites. A histórica campanha cívica pelas eleições diretas deu uma nova dimensão a essa ampliação da sociedade civil porque trouxe um outro ator para o palco político: o povo — o conjunto de cidadãos iguais perante a lei. Nesse momento o povo ganhou maioria, identificou-se com a sociedade civil e abriu um novo capítulo para a história política do Brasil.

Isso não significa, obviamente, que o Brasil deixou de ser uma sociedade de classes, nem que os militares perderam todo o

poder de veto, mas significa que as classes médias e os trabalhadores já não podem ser mais desconsiderados em qualquer acordo político no Brasil.

Ora, o povo e a sociedade civil desejam maciçamente eleições diretas já. Por isso está certo Ulysses Guimarães quando afirma que este ponto não é negociável. Por isso faz sentido a afirmação de Carlos Castello Branco em artigo recente, quando afirma que “a decisão, afinal, estará entre os que traçam os limites — o povo, que já se manifestou, e as Forças Armadas, que reduzem ou ampliam a mobilidade do Palácio do Planalto”. Há três meses o notável analista político provavelmente não teria atribuído ao povo papel político dessa importância. (8.5.84)

A saída para o impasse político

O governador Montoro fez na última semana um manifesto à Nação, no qual pode estar contida a saída para o atual impasse político. Propôs o governador de São Paulo um programa de três pontos: eleições diretas já, candidato único da oposição escolhido “com a possível brevidade” e programa econômico e social básico.

O impasse político atual está na recusa do presidente e de grande parte do PDS de apoiar a emenda das diretas. Por isso faltam no mínimo 22 votos às oposições democráticas.

Para obter esses 22 votos é necessário um fato político novo. E esse fato político pode ser a imediata união da oposição em torno de um candidato único, especialmente se esse candidato for um político de centro, que goze da confiança de um amplo espectro da sociedade brasileira.

No PMDB esse candidato é provavelmente, embora não necessariamente, Tancredo Neves. Ulysses Guimarães, que é o candidato natural do PMDB, não tem as mesmas condições para unir toda a oposição. Sua posição decidida a favor das diretas transformou-o no herói de uma campanha cívica, mas criou-lhe obstáculos em muitos setores da sociedade. Montoro encontra menos restrições, mas não tem o perfil conciliador e de centro para um candidato de transição.

Porque este candidato único das oposições deve ser necessariamente um candidato de transição. A duração ideal de seu mandato seriam três anos: dois anos para terminar a atual legislatura e

um ano para presidir uma Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita no final de 1986.

A escolha imediata de um candidato único, com o apoio do PDT, do PT e do PTB, ao oferecer a todos, inclusive aos militares, uma perspectiva concreta e não ameaçadora do que será o futuro governo, facilitará enormemente a aprovação da subemenda das diretas.

Brizola já deixou claro que está disposto a apoiar um candidato nessas condições. Lula ainda não. Ulysses, ao ver sua tese das eleições diretas vitoriosa, provavelmente não terá dificuldades em aceitar o plano de Montoro.

Com esta articulação o governador de São Paulo assume mais uma vez o papel político que lhe cabe na recondução do país a uma democracia plena. Uma articulação ao nível das oposições. Mas uma articulação equilibrada e serena, que abre novas perspectivas para o grave impasse político em que se encontra o país.

Esta articulação, entretanto, só terá êxito se contar com o apoio decidido de Ulysses Guimarães. A maioria das oposições deseja uma solução moderada para a crise. Montoro apontou o caminho. Ulysses poderá levá-lo adiante não apenas porque é o presidente do PMDB, mas também porque ganhou crédito junto à nação para ser o fiador deste grande acordo entre as oposições, do qual certamente participarão os setores democráticos do PDS. (15.5.84)

O candidato da sociedade civil

Hoje os governadores do PMDB deverão estar reunidos em São Paulo para discutir e aprovar a proposta do governador Montoro de que se escolha imediatamente um candidato único das oposições — especificamente para lançar a candidatura do governador Tancredo Neves.

O argumento do governador de São Paulo é que a escolha de um candidato de centro, como é o caso do governador de Minas Gerais, aumentará extraordinariamente a possibilidade de aprovação da emenda das diretas. Será o fato novo que, somado ao grupo pró-diretas, permitirá a vitória dos democratas no Congresso.

O argumento do governador de São Paulo é indiscutível. As oposições necessitam com urgência não apenas de um programa mínimo mas principalmente de um candidato que polarize a luta

pelas diretas e, mais amplamente, a luta pelo restabelecimento da democracia no país. Neste episódio decisivo para o processo de redemocratização, o papel do governador Montoro tem sido fundamental: definiu um projeto político viável para toda a nação e está tomando medidas concretas para a sua realização.

Embora em nenhum momento tenha admitido que sua proposta também vise o Colégio Eleitoral — onde bastam 51 por cento dos votos ao invés de 67 por cento necessários para mudar a Constituição — o governador deve ter considerado essa possibilidade. Prefere, entretanto, não discuti-la e assim concentrar todo o esforço possível e imaginável nas eleições diretas. O comício proposto para o dia 26 é a consequência natural desta atitude.

Está claro para todos, entretanto, que a probabilidade de aprovação da emenda das diretas, embora real, é ainda pequena, enquanto que é muito grande a possibilidade de um candidato das oposições ser eleito no Colégio Eleitoral. Basta, para isto, que a oposição e os setores do PDS liderados por Aureliano Chaves ajam com rapidez e escolham imediatamente seu candidato único.

Por outro lado, a sociedade civil e o povo, que se uniram na campanha pelas eleições diretas, estão unidos de forma mais ampla pela idéia de que é preciso restabelecer imediatamente a democracia no Brasil. E para isto é necessário recusar o continuísmo autoritário representado pelas candidaturas Maluf e Andreazza. O ex-governador de São Paulo foi, inclusive, transformado no inimigo público número um de quase toda a sociedade.

Nesses termos, a tese do candidato único e competitivo das oposições tende a impor-se naturalmente. Pode não ser aprovada definitivamente hoje porque talvez ainda sejam necessários alguns acertos entre os líderes da oposição, e também porque talvez se deseje esperar o dia 25, quando o diretório nacional do PDS deverá recusar a idéia de uma prévia no partido, e assim justificar o rompimento dos democratas do partido.

O fato concreto, entretanto, é que há uma unidade nacional democrática apontando na direção de um candidato único das oposições para o exercício de um mandato de transição de três anos: dois para que termine o mandato dos atuais congressistas e um para presidir a Assembléia Nacional Constituinte. Adiar a escolha deste candidato, que se transformou no candidato natural da sociedade civil, é não saber interpretar o sentimento de toda a nação brasileira. (19.6.84)

União nacional democrática

Dois fenômenos contraditórios caracterizam o atual momento político brasileiro. De um lado, temos uma grande confusão e um impasse político, na medida em que o sistema de eleição do novo presidente da República está ainda em aberto. De outro lado, assistimos a um grande processo de união nacional visando terminar de vez com o regime autoritário estabelecido em 1964.

A confusão e o impasse político derivam diretamente da ilegitimidade do Colégio Eleitoral constituído pelas eleições de 1982, em que as oposições alcançaram quase 60% dos votos populares, mas não lograram o direito de eleger o presidente da República.

O fato político novo do último mês, entretanto, é o da união nacional, sob a hegemonia dos setores democráticos da burguesia — hoje amplamente majoritários no seio da própria burguesia — contra essa resistência do regime autoritário. O impasse existia desde novembro de 1982; a união nacional, entretanto, constituiu-se ou consolidou-se nos últimos meses e só se tornou clara recentemente.

A causa mais óbvia e mais direta desta união nacional democrática foi a extraordinária intensidade da campanha popular pelas eleições diretas. Sua base está no pacto social democrático, que se vem formando desde meados dos anos setenta, quando começou a ruptura da aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal autoritária. A partir desse momento, particularmente do “pacote de abril” de 1977, a sociedade civil passou a exigir a redemocratização e o governo a procurar postergar a volta à democracia com a estratégia da “abertura”.

Com a eleição do general João Figueiredo em 1978, o sistema autoritário logrou êxito em sua estratégia protelatória, garantindo para si mesmo uma sobrevida de seis anos. Entretanto, depois (1) da profunda crise econômica a que o país foi levado, (2) da derrota nas eleições de 1982, e, finalmente, (3) da campanha popular pelas diretas, a estratégia do regime autoritário de protelar sua existência por ainda mais seis ou quatro anos tornou-se inviável ou então irresponsável.

Essa tentativa está consubstanciada nas candidaturas indiretas de Maluf e Andreazza à presidência. Ao insistirem em se candidatar contra a vontade do povo e da sociedade civil, estes senhores tornaram-se alvo da execração geral. E o sr. Maluf transformou-se em uma espécie de inimigo público número um.

A união nacional democrática a que estou me referindo ocorre em dois planos. Ocorre no plano das classes, na medida em que povo e sociedade civil, trabalhadores, classes médias tecnoburocráticas e burguesia se unem para restabelecer imediatamente a democracia no Brasil via eleições diretas. A campanha pelas diretas foi uma campanha rigorosamente interclassista. Nesse plano, a união nacional significa, portanto, a unidade da nação — ou seja, de toda as classes — contra um inimigo interno: o regime autoritário.

Mas a união nacional democrática ocorre também ao nível dos partidos. A fusão do PP ao PMDB, a ampla vitória em termos de voto popular deste partido e das oposições em geral nas eleições de 1982, ao mesmo tempo que criava um impasse político (dada a maioria casuística do PDS no Colégio Eleitoral), constituiu-se em mais um passo na formação da frente nacional democrática. A eleição de governadores oposicionistas socialmente consolidou o PMDB como alternativa óbvia de poder para a própria burguesia.

O PMDB, que já contava com amplo apoio entre os trabalhadores e as classes médias assalariadas, passou assim a ter também amplo apoio da burguesia. Dada a hegemonia ideológica da burguesia, ou seja, a ampla capacidade desta classe de transmitir para as demais classes seus próprios valores e crenças, a opção democrática da burguesia levou-a a um rompimento (relativo) com a tecnoburocracia estatal e estabeleceu as bases políticas sólidas para a união nacional democrática de hoje.

Esta união nacional democrática tem como eixo político o PMDB e tem apoio no PT e no PDT. A proposta do governador Montoro de lançar um candidato único das oposições — especificamente o governador Tancredo Neves — teve um papel decisivo em operacionalizar essa união. O apoio do governador Brizola, por outro lado, foi fundamental para que a idéia ganhasse impulso.

Setores significativos, ainda que minoritários, do PDS não ficaram, entretanto, insensíveis em relação a esse movimento da burguesia em direção da democracia. Enquanto o núcleo autoritário do PDS, situado no Planalto, postergava a redemocratização através da criação sistemática do “impasse”, um outro grupo, que encontrou seu líder no vice-presidente Aureliano Chaves e apoio em alguns governadores ou ex-governadores, caminhou também em direção à democracia e à tese do restabelecimento das eleições diretas.

O país ficou, assim, dividido em pelo menos quatro grandes grupos: de um lado, dois grupos democráticos, amplamente maio-

ritários, as oposições baseadas no PMDB e o grupo democrático do PDS liderado pelo vice-presidente; de outro lado, dois grupos autoritários, estritamente minoritários, o grupo do Planalto e o malufismo, o primeiro baseado na força política da máquina do Estado e no prestígio institucional da Presidência, o segundo no oportunismo e na falta de princípios éticos que assolam uma parte da sociedade brasileira.

Diante dessa perspectiva, a solução óbvia é uma transitória aliança dos dois grupos democráticos: esta união ocorreu na votação da emenda das diretas, no último dia 25 de abril, com o apoio do grupo pró-diretas do PDS de base aurelianista, e tende a traduzir-se no apoio das oposições unidas e dos aurelianistas ao governador Tancredo Neves.

Com o recuo do presidente em relação à prévia, e, em seguida, com a retirada da emenda constitucional restabelecendo as diretas em 1988, o grupo democrático do PDS foi lançado na direção do candidato único das oposições. Estas, entretanto, divididas internamente, e não obstante os esforços do governador Montoro, têm revelado pouco realismo ou pouca efetividade política, na medida em que demoraram em lançar um candidato único. Não há dúvida, porém, de que para a nação, consubstanciada nesta união nacional democrática, o continuísmo, representado pelas manobras continuístas do presidente Figueiredo — baseadas na criação de impasses — ou pelas candidaturas autoritárias de Andreazza e Maluf, é insuportável.

Nestes termos, as probabilidades de vitória de um candidato único das oposições são hoje maiores do que nunca. Sua base será, de um lado, a união nacional de transição para a democracia, e de outro, o esfacelamento do regime autoritário que nada mais representa neste país. (1.7.84)

O futuro governo da união nacional

Há uma justificada euforia no plano político na medida em que a candidatura Tancredo Neves se consolida. Ao apoio de toda a sociedade, que as pesquisas de opinião pública estão agora confirmando, somou-se o apoio da Frente Liberal. Ainda que haja muito a fazer para derrotar de vez o autoritarismo, e, portanto, que o otimismo deva ser combinado com a devida cautela, não há dúvida de que a união nacional interclassista a favor do restabelecimento da

democracia tomou forma na candidatura Tancredo Neves. Lançada pelo governador de São Paulo há cerca de dois meses, passou a ser coordenada politicamente por Ulysses Guimarães, a partir da retirada da emenda Figueiredo, e agora, com o apoio da Frente Liberal, tornou-se definitiva. A tentativa do general Geisel de impedir ou adiar o apoio de Aureliano Chaves e da Frente Liberal a Tancredo Neves não funcionou. A presidência encontra-se agora sem instrumentos para reunificar o PDS. Os militares não pretendem intervir no processo. E a eleição de Tancredo Neves pela via indireta, por um mandato mínimo de três anos, com o compromisso da convocação de uma Assembléia Constituinte em 1986, é hoje uma quase certeza.

Candidato de transição e de união nacional, o governador Tancredo Neves será, por definição, um governo de centro e de compromisso. Não se deve esperar, portanto, nenhum favorecimento especial seja à classe trabalhadora, seja à classe capitalista, seja às classes médias assalariadas.

Mas no plano econômico e social algumas medidas que, como a própria candidatura Tancredo Neves, constituem um consenso nacional, deverão ser tomadas.

Entre essas medidas de consenso, a mais óbvia será a retomada do crescimento econômico, o aumento do nível da produção não apenas para exportação mas também para o mercado interno, e a recuperação dos níveis de emprego. O maior problema social do Brasil hoje é o desemprego. E a única forma de efetivamente aumentar os níveis de emprego será aumentando a demanda efetiva através de medidas monetárias e fiscais desconstracionistas.

Estas medidas implicarão necessariamente o aumento das importações. Como, por outro lado, (1) as taxas de juros no mercado internacional deverão continuar a crescer, e (2) como as altas taxas de crescimento das exportações do Brasil neste primeiro semestre não deverão se manter porque estão baseadas em um déficit comercial dos Estados Unidos insustentável, o superávit comercial brasileiro tenderá a cair em 1985 e o déficit em conta corrente deverá aumentar. Nesses termos, os acordos com o Fundo Monetário Internacional não poderão ser mantidos.

Em consequência, e já sabendo desses fatos, o governador Tancredo Neves tem insistentemente afirmado que renegociará a dívida brasileira dilatando os prazos e fixando a taxa de juros em níveis viáveis. Este é o outro consenso nacional. Uma mudança profunda em nossas relações com nossos credores é uma neces-

sidade reconhecida por todos, inclusive por nossos próprios credores, e não deixará de ser realizada pelo futuro governo de união nacional. (17.7.84)

Pacto social e aliança política

A candidatura Tancredo Neves, majoritária na opinião pública e no Colégio Eleitoral, representa na prática o pacto social a que o candidato da Aliança Democrática se referiu em seu discurso aos empresários na última semana. Em Manaus, Tancredo Neves voltou ao assunto quando afirmou: "Meu opositor me acusa de que a minha campanha tem desde banqueiros até comunistas. Tem mesmo. Porque represento a conciliação nacional. Mas isto não quer dizer que meu governo não vá ser coerente".

Na verdade, a candidatura Tancredo Neves, além de consubstanciar o pacto social democrático que vem se constituindo no Brasil desde 1977 (em resposta ao "pacote de abril"), representa também uma aliança política concreta: a aliança de liberais-conservadores da Frente Liberal, com o centro e esquerda independente do PMDB e do PDT, e com a esquerda comunista do PCB, do PC do B e do MR-8.

Porque é preciso distinguir com clareza pacto social de aliança política. Pacto social é um entendimento básico que se forma entre as diversas classes e frações de classe de uma sociedade para aceitar os princípios básicos de um determinado regime político. Em todas as sociedades democráticas e capitalistas existe um pacto social democrático, da mesma forma que em países estatais como a União Soviética ou a China existe um pacto social autoritário. O pacto social é o instrumento básico que garante estabilidade política a um regime político. Não impede a luta de classe, muito menos disputa entre partidos políticos de diversas colorações ideológicas, mas limita a extensão da luta de classes e dos conflitos partidários na medida em que certos princípios básicos são aceitos pela grande maioria da população.

No caso brasileiro, o pacto social democrático de 1977 está baseado em três princípios: a restauração democrática, a preservação do capitalismo e a distribuição moderada mas efetiva da renda.

Esse pacto confluiu em 1984 para um denominador comum, a candidatura Tancredo Neves, consumando-se assim uma aliança

política sem precedentes, da qual só estão excluídos a direita do PDS e os setores radicais do PT.

Para o futuro governo Tancredo Neves o ideal é manter essa aliança política a nível federal. Mas não será fácil. Para isso todos contam com a extraordinária capacidade de conciliação de Tancredo Neves. Mas seus esforços serão inúteis se sua habilidade política não for complementada por uma elevada capacidade de tolerância da parte dos grupos políticos que participam da aliança.

A classe empresarial já foi basicamente conquistada pela candidatura Tancredo Neves: muitos por convicção, outros tantos por oportunismo, ao perceberem que essa seria a candidatura vitoriosa. E, ao assumir a presidência Tancredo Neves terá certamente o apoio de quase toda a burguesia. Uma prática constante das classes dominantes em qualquer país democrático é tratar de aderir ao governo eleito e cooptá-lo se não antes do pleito, certamente depois.

Tancredo Neves precisará, entretanto, do apoio popular. E para isto sabe que não poderá ficar em meras promessas. Por isso tem dado ênfase em suas declarações, inclusive a última em Manaus, para a necessidade de aumentar a tributação sobre os ganhos de capital e sobre as rendas mais elevadas das pessoas físicas.

Em qualquer hipótese, entretanto, deveremos ter no governo Tancredo Neves um forte aumento dos movimentos sociais reivindicatórios. Os sindicatos aumentarão seu poder, na medida em que, de um lado, diminua o desemprego e, de outro, a legislação repressiva seja eliminada. O PT será um ferrenho adversário do governo. As bases sindicais do PMDB e dos PC serão então importantes para contrabalançar o radicalismo. Elas só se legitimarão, entretanto, se obtiverem vantagens efetivas para os trabalhadores.

A aliança política existe, portanto, mas não está garantida; o pacto social que lhe deu origem, entretanto, é sólido e, somado à competência de Tancredo Neves, poderá garantir a continuidade da aliança política necessária para a transição democrática. (16.10.84)

Dos rumores de golpe à idéia de conciliação

A penúltima semana — quando a maioria obtida por Tancredo Neves na escolha dos delegados das Assembléias Legislativas estaduais deixou claro para todos sua invencibilidade no Colégio Eleitoral — foi uma semana muito nervosa. Em meio às denúncias

de tentativas frustradas do sr. Paulo Maluf de corromper eleitores e às ameaças de golpes "legais" através da mesa do Senado, falou-se insistentemente em golpe militar. A última semana foi muito mais calma. A tônica passou do golpe para a idéia de conciliação nacional.

Os rumores de golpe, apoiados em manobras militares em Brasília, em reuniões de oficiais tentando inutilmente vincular Tancredo Neves ao comunismo, e em declarações apaixonadas do general Iris Lustosa, chefe do Centro de Informações do Exército, perderam grande parte de sua força por não encontrarem senão repúdio em toda a sociedade e provavelmente entre os próprios militares.

Na verdade, tudo indica que entre os militares o restabelecimento da democracia no país, representado pela candidatura Tancredo Neves, só encontra resistência efetiva em um grupo de oficiais ligados ao Sistema de Informações, especificamente ao SNI, e em uma estrita minoria ao nível da tropa. O artigo de Boris Casoy no domingo último deixou claro esse fato. Não há, portanto, condições objetivas para um golpe no Brasil.

Ao contrário de uma lenda segundo a qual os militares seriam um enclave dentro da sociedade brasileira, eles são uma parte integrante dessa sociedade. São uma parte da classe média tecnoburocrática, constituída também pelos técnicos e administradores estatais civis e pelos técnicos e administradores que trabalham nas grandes empresas privadas.

Esta classe média tecnoburocrática funciona no Brasil como força auxiliar da classe capitalista. Dentro dela os militares, em especial, tiveram um papel político desproporcional ao seu poder técnico e organizacional entre 1964 e 1974, quando tutelaram a burguesia ao mesmo tempo que se puseram a seu serviço. A partir do início do processo de redemocratização, porém, foram perdendo poder para os políticos e para os empresários. E, atualmente, tudo indica que a grande maioria dos militares não deseja outra coisa senão desvincular-se do regime autoritário, para assim preservar sua própria corporação.

Hoje a hegemonia ideológica pertence claramente à burguesia no Brasil, e esta classe percebe que para exercer essa hegemonia necessita da democracia. Os militares, também condicionados por essa hegemonia, já que são parte integrante da sociedade, não irão se pôr irresponsavelmente contra essa mesma sociedade. No passado, quando intervieram, tiveram sempre apoio majoritário das

classes dirigentes do país. Hoje não têm esse apoio para intervir, e certamente preferem ficar nos seus quartéis.

Por isso, na última semana a ênfase do noticiário político passou do golpe para a conciliação. É verdade que nessa conciliação há ainda elementos de golpe ou de casuismo: a idéia de um terceiro candidato de conciliação, ou a idéia de substituir o senador José Sarney por outro candidato de confiança do Planalto.

Essas especulações, entretanto, são obviamente vãs. A conciliação é a demanda fundamental da sociedade civil brasileira, particularmente da burguesia. E se consubstancia na pessoa de Tancredo Neves, que desde as eleições de novembro de 1982 vem falando insistentemente em conciliação e consenso. Daí a imensa força de sua candidatura.

Por outro lado, na medida em que o sr. Paulo Maluf desmoraliza-se cada vez mais — e para isto o ataque firme do governador Montoro eliminou seu último álibi, o de que teria recebido “um atestado de idoneidade” do governador de São Paulo —, e na medida em que seu discurso dá sinais de desespero, radicaliza-se e se descola de seu único apoio, que é a direita, não é impossível que o presidente Figueiredo, desde que obtenha certas garantias que parece desejar, abandone de vez a candidatura Maluf e assumo o papel de árbitro do Colégio Eleitoral. Nesse momento, a conciliação e a redemocratização estarão consumadas no país. (6.11.84)

Conservadorismo ou transição democrática

A transição para a democracia hoje em curso no Brasil sob a égide de Tancredo Neves não é obviamente a transição revolucionária que os utopistas desejariam, mas também não é a transição conservadora, a “conciliação das elites”, que certos críticos, como Francisco Weffort, pretendem.

Weffort publicou recentemente um livro, *Por que democracia?*, que é ao mesmo tempo um manifesto político utópico e uma brilhante análise política. Nesse livro ele afirma a um certo momento: “O comando militar dos presidentes condiciona o perfil conservador da transição. E este reforça a hegemonia liberal no âmbito das oposições. Abre-se assim a perspectiva de um projeto, tão tradicional quanto elitista, de ‘conciliação nacional’, do qual o ex-governador de Minas, Tancredo Neves, é o expoente máximo” (p. 87).

Esta frase possui uma certa veracidade na medida em que, de fato, a transição democrática está sendo apoiada inclusive pelos setores conservadores da sociedade. Mas aí termina seu acerto e começam seus equívocos.

Em primeiro lugar, Weffort sugere nessa frase, quando fala no “comando militar” — e em outras passagens do livro afirma essa idéia com mais clareza —, que a eleição de Tancredo é mais um capítulo da “abertura” idealizada por Golbery, originalmente com o nome de “distensão”. Ora, ao fazer tal afirmação, o dirigente petista ignora a diferença fundamental entre “abertura” e “redemocratização”. A estratégia autoritária de postergar e controlar a redemocratização exigida pela sociedade foi a “abertura”. A conclusão “ideal” da “abertura” seria a eleição de um candidato do PDS perfeitamente alinhado aos setores mais autoritários do estamento militar e aos grupos mais conservadores e de direita da burguesia. Paulo Maluf foi, afinal, indicado para assumir esse papel. A escolha hoje já praticamente certa de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral representa a vitória da redemocratização exigida pela sociedade e a derrota da “abertura” autoritária.

Em segundo lugar, Weffort fala em “conciliação das elites” e pretende que o processo ora em curso reproduza o clássico fenômeno ocorrido em tantos momentos da vida nacional brasileira — em 1822, em 1889, e de forma já um pouco diferente em 1930 — quando, depois de uma crise política, as elites se realinharam, entraram em acordo e mantiveram para si o comando do país, com total exclusão dos trabalhadores e das próprias classes médias.

Ora, não é isto que está ocorrendo no Brasil. Existe, de fato, uma grande união nacional em torno da candidatura Tancredo Neves. Uma união nacional sem precedentes na história política deste país. Uma união nacional em que a hegemonia ideológica é burguesa, porque, no Brasil, a classe dominante continua sendo a burguesia e o modo de produção prevalecente na formação social brasileira continua sendo o capitalista. Mas uma união nacional da qual os trabalhadores representados no PMDB e presentes na campanha histórica pelas eleições diretas constituem uma força fundamental e atuante. Confundir o Brasil de 1984 com o de 1822, o de 1889 ou mesmo o de 1930 é indesculpável.

Em terceiro lugar, Weffort engana-se ao sugerir que Tancredo Neves seja o representante máximo do conservadorismo no Brasil. Não é fácil definir politicamente o candidato da Aliança Democrática. Sem dúvida ele não é um homem de esquerda, mas certamente

não é um representante da direita. E não pode ser considerado um conservador, a não ser que cometamos a violência teórica de considerar todos aqueles que não forem de esquerda ou socialistas como conservadores. Tancredo Neves teve sempre posições democráticas no campo político e progressista no plano social. Na medida em que tem a confiança da burguesia, sua vitória não representará uma revolução, nem uma ameaça ao sistema capitalista; mas na medida em que tem o apoio das classes médias e dos trabalhadores, seus compromissos com a mudança social e política — com o aprofundamento da democratização e com uma distribuição de renda mais justa — acabarão por se constituir na marca necessária de seu governo: um governo que, pela natureza dos seus apoios e pelo caráter do seu partido majoritário, será um governo de transição democrática, não de transição conservadora. (20.11.84)

As bases do pacto social proposto por Tancredo

O PMDB será necessariamente a base política do pacto social proposto por Tancredo Neves. O novo presidente da República, em vias de ser escolhido pelo Colégio Eleitoral, teve sua vitória assegurada por uma aliança política do PMDB com a Frente Liberal. Esta aliança, entretanto, só foi possível na medida em que a posição eminentemente conciliadora de Tancredo Neves o tornou o candidato natural daqueles que desejavam o restabelecimento da democracia no Brasil. Em seguida, o apoio firme do governador Franco Montoro, liderando os demais governadores da oposição, logo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, assentou as bases políticas de sua candidatura. A desistência de Ulysses Guimarães de sua própria candidatura e, afinal, o apoio de Aureliano Chaves e de Marco Maciel, ao mesmo tempo que constituíam a Frente Liberal, selaram a aliança política, que, na verdade, refletia o consenso nacional que se formara em torno de Tancredo Neves.

O novo presidente sabe, entretanto, que no plano social e político terá que enfrentar graves problemas depois desta lua-de-mel representada pela transição para a democracia. E para resolvê-los propõe um pacto social formal entre trabalhadores e empresários.

Falo em pacto social “formal” porque um pacto social básico, que está permitindo esta transição para a democracia, já existe no Brasil desde meados dos anos 70, quando a burguesia rompeu

sua aliança autoritária com a tecnoburocracia estatal. Esta pacto tinha e tem como bases (1) o retorno à democracia, (2) a manutenção do capitalismo e (3) uma moderada desconcentração de renda.

Mas agora o novo presidente necessita de um pacto social formal, que permita a retomada do crescimento e uma melhor distribuição da renda, sem, ao mesmo tempo, incorrer no risco da explosão inflacionária decorrente de elevações irresponsáveis de salários.

Um pacto social dessa natureza, entre trabalhadores e empresários, sob a égide do governo, só poderá ser bem-sucedido se contiver propostas claras e viáveis.

O objetivo fundamental desse pacto será o combate à inflação. Para isto não são necessários mais sacrifícios, não se justifica mais recessão, já que a economia brasileira está ajustada: o déficit comercial externo transformou-se em grande superávit, o déficit público operacional também transformou-se em superávit, e os preços artificiais decorrentes de subsídios desapareceram quase que totalmente. A inflação autônoma só se mantém devido à indexação formal e informal da economia.

Mas, se não são necessários sacrifícios recessivos, será preciso reformular a atual forma de indexação salarial, já que com a atual lei, que estabelece o reajuste dos salários de acordo com a inflação passada, é rigorosamente impossível reduzir a inflação. De acordo com a atual sistemática, no momento em que esta começasse a se reduzir, o salário médio real subiria. E o aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade é sempre inflacionário.

Será preciso, portanto, que os trabalhadores aceitem uma nova lei salarial, que reajuste os salários em parte de acordo com a previsão de uma inflação futura declinante. Só assim será possível compatibilizar a fórmula de indexação salarial com a redução da inflação.

Em contrapartida, os trabalhadores deverão ter três garantias. Primeiro, que se houver erro na previsão da inflação futura, o erro será imediatamente compensado no próximo reajuste salarial. Segundo, que os salários reais crescerão de acordo com o aumento da produtividade média da economia, medido pelo aumento da renda por habitante. E, terceiro, que uma reforma tributária profunda, que, de um lado, onere principalmente as pessoas físicas que recebem altas rendas e, de outro, que financie investimentos públicos de caráter social, deverá ser a base do projeto distribuidor de renda do novo governo.

Nesse processo caberá ao PMDB o papel de ser o instrumento

político e o fiador desse pacto. Suas bases populares, de um lado, e a confiança que hoje inspira nos empresários, permitem-lhe desempenhar esse papel, transformando-se, assim, em um agente fundamental da política econômica e social do presidente Tancredo Neves. (*São Paulo Hoje*, ano 1, nº 8, jan. 85)

15 de janeiro: tudo muda mas pouco muda

Hoje, 15 de janeiro de 1985, e depois 15 de março — a eleição e a posse de Tancredo Neves na presidência da República — ficarão como marcos na história deste país: marcos do estabelecimento da democracia após vinte e um anos de regime militar. Ao mesmo tempo que comemoramos, entretanto, é preciso que não tenhamos ilusões: tudo muda mas pouco muda.

Tudo muda porque termina formalmente o regime autoritário; porque um presidente com efetivo apoio popular e com profundas convicções democráticas chega ao poder; porque haverá mudanças para melhor na política econômica e social do governo; porque novos homens, com novas idéias e com compromissos mais sólidos com os interesses populares, ocuparão os principais cargos públicos; porque os princípios críticos de tantos anos de oposição democrática, somados ao bom senso de quem é obrigado a enfrentar a realidade do poder, servirão de orientação para os atos do presidente e de seus auxiliares.

Mas pouco muda porque informalmente esse regime vinha se liquidando há dez anos; porque as estruturas sociais e econômicas do país continuam as mesmas; porque a mudança de governante não implica mudança de classe dominante; porque as diferenças de riqueza, de renda e de poder entre as classes neste país continuam enormes; porque o Brasil continua um país subdesenvolvido, apesar de ser a oitava economia capitalista do mundo; porque a miséria, a fome e o analfabetismo caracterizam ainda uma parte considerável da população brasileira; porque esta população continua a crescer a uma taxa de 2,4% ao ano; porque continua a haver um enorme desemprego estrutural neste país; porque a renda por habitante brasileira continua muito baixa, porque a dívida externa é de 100 bilhões de dólares; porque a inflação supera duzentos por cento e ameaça acelerar-se; porque a dívida interna é muito alta e vence a curto prazo; porque a corrupção e os privilégios continuam entranhados no capitalismo desigual brasileiro; porque este capitalismo

é oligopolista e tecnoburocrático; porque o autoritarismo misturado com preconceito social e racial está profundamente impregnado nas classes dominantes capitalistas e tecnoburocráticas brasileiras.

Por tudo isto — e não porque seja mais uma “conciliação de elites” ou uma “transição conservadora” — é preciso não ter ilusões. Com Tancredo Neves a democracia nos é formalmente restituída. Esta é a grande transformação. Porque a democracia é um bem final, que vale por si só. Mas mesmo a democracia precisará ser construída a partir de agora: a democracia política, a democracia econômica, a democracia social. A liberdade, que consubstancia a democracia política, a igualdade de poderes entre as classes que define a democracia social, e a igualdade de riqueza e de rendas que caracteriza a democracia econômica não são meras utopias, mas também não se conquistam de um dia para o outro. (15.1.85)

A política e a vontade do povo

Gabriel Valdez, presidente do Partido Democrata Cristão do Chile e uma das personalidades mais eminentes da América Latina, em uma reunião com o governador Franco Montoro e o ex-presidente da Venezuela, Andrés Perez, em Brasília, afirmou que a política deve ter precedência sobre a economia porque “a política é a realização da vontade dos povos”.

A política, que muitos confundem com o clientelismo, ou com a mentira, ou com o compromisso, ou com a busca do poder pelo poder, ganha através desta frase sua verdadeira dimensão. Uma dimensão que não está apenas no plano do “deve ser”, da ética, mas também no plano do real, como temos podido ver em muitas ocasiões na história deste país, naqueles momentos em que os políticos se transformam em estadistas.

No episódio da última semana, quando o presidente Tancredo Neves foi operado na madrugada do dia em que tomaria posse, pudemos novamente ver este fenômeno.

Em primeiro lugar temos o próprio presidente, que vinha sentindo dores há três dias, mas resistia. E quando definiu-se a necessidade da operação, insistiu em adiá-la até o momento após a posse.

Depois temos os principais líderes políticos nacionais que estavam em Brasília — Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Aureliano Chaves, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lira, o sena-

dor José Fragelli — que na madrugada do dia 15 tomaram com serenidade a decisão de dar posse perante o Congresso ao vice-presidente da República, José Sarney. Neste episódio o papel de Ulysses Guimarães voltou a ser decisivo. Enquanto muitos, de todos os lados, lhe acenavam com a idéia da declaração de vacância da presidência da República, de forma que ele, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, a assumisse provisoriamente, ele foi firme em recusar a idéia — em nome do texto constitucional, que não era claro, e principalmente em nome do interesse nacional que apontava claramente na direção da posse do vice-presidente.

Foi, aliás, o argumento do interesse nacional, que naquele momento estava em jogo, que o governador Franco Montoro foi obrigado a utilizar explicitamente, e com veemência, para convencer um dos líderes do PDS a aceitar a solução institucional afinal adotada por unanimidade.

O “interesse nacional”, a “vontade do povo”, são esses os objetivos, são a razão de ser da política com P maiúsculo, da política própria dos estadistas. Nem sempre o interesse nacional ou a vontade do povo estão claros. É compreensível que as interpretações sobre o tema variem em cada caso, condicionadas por posicionamentos ideológicos. O que não é compreensível nem aceitável, entretanto, é que os interesses pessoais, corporativos ou de classes, se sobreponham aos interesses nacionais, à vontade do povo. Isto não aconteceu na última semana porque aqueles que, em um momento de crise, decidiram em nome do povo, souberam representar, interpretar e respeitar sua vontade. (19.3.85)

Alternativas nacionais

Há quase quatro semanas toda a Nação vive e se emociona com o drama pessoal de Tancredo Neves, ao mesmo tempo que, perplexa, procura pensar em seu próprio destino, ao ver seu presidente eleito, depois de 21 anos de autoritarismo, não poder tomar posse.

Estamos diante de um drama pessoal e nacional. Um drama, entretanto, que nos obriga a pensar com a maior serenidade possível nas diversas alternativas políticas que se abrem.

São duas as alternativas mais prováveis: ou a convalescença de Tancredo Neves dura alguns meses, ou então seu impedimento

definitivo. Em ambos os casos, o papel que desempenhará o vice-presidente da República José Sarney, no exercício da presidência, será crucial.

Prevalendo, como todos desejam, a primeira alternativa, José Sarney deverá governar utilizando a plenitude dos poderes que lhe confere a Constituição. Para isso já vem contando com o apoio de todas as lideranças expressivas do PMDB e do PFL.

Entretanto, mesmo neste caso, ainda que a legalidade de seu mandato seja indiscutível, a sua legitimidade — ou seja, o apoio que conta na sociedade civil — é limitada. O vice-presidente sabe disso, e por isso é de se esperar que não só peça o apoio mas também se apóie, peça a ajuda e o conselho de seu ministério e especialmente dos principais líderes da aliança democrática — Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lira, Marco Maciel e Aureliano Chaves — e do principal representante da vontade pessoal do próprio presidente — Francisco Dornelles.

Não é possível, entretanto, ignorar o pior — o impedimento definitivo — ainda que todos estejam torcendo ou rezando para que tal não aconteça.

Neste caso temos duas alternativas principais: ou José Sarney procura se manter no governo durante quatro anos, ou propõe imediatamente a redução de seu mandato para dois anos e a convocação de eleições diretas em novembro de 1986 juntamente com a convocação da Assembléia Constituinte.

A primeira alternativa é menos provável. Caso adotada, trará conseqüências desastrosas. A pressão por eleições diretas de toda a sociedade será enorme. Os partidos da oposição empunharão imediatamente essa bandeira. Em 1986 teremos em qualquer hipótese eleições gerais, e o PMDB, seja por exigência de suas bases populares, seja por necessidade eleitoral, não terá condições de dar apoio ao governo.

Considero essa alternativa menos provável porque a inteligência e o espírito público de José Sarney deverão prevalecer sobre as pressões daqueles acólitos interessados em arriscar a ordem institucional do país em troca de mais dois anos de poder.

O mais provável, portanto, é que o vice-presidente assuma imediatamente o compromisso de reduzir seu mandato e convocar eleições diretas para 1986.

Nesse caso, transformar-se-á em herói nacional, além de poder realizar dois anos de governo de transição que serão também

dois anos de governo de união nacional. Em 1986 surgirão candidaturas à presidência, e José Sarney, entre os candidatos da Aliança Democrática — caso surja mais de um — poderá agir como árbitro entre o PMDB e o PFL, mantendo assim o apoio de toda a Aliança para seu governo.

Vamos esperar que esta alternativa não venha a ser necessária. Mas vamos esperar também que José Sarney e os líderes nacionais que o assessoram e apóiam saibam pensar e agir com grandeza diante deste momento grave da vida nacional. As notícias mais recentes sobre a saúde do presidente, depois da crise da última quinta-feira, são muito animadoras. A alternativa da recuperação de Tancredo Neves, porém, também exige coragem e decisão nos próximos meses. Até o momento, o comportamento do presidente em exercício José Sarney tem sido irrepreensível. Caberá agora a ele, em qualquer hipótese, assumir integralmente sua função de chefe de Estado e passar a governar, sabendo que seu governo será sempre transitório, mas terá que ser pleno. (9.4.85)

Sarney diante da nação desorientada

Não foi justo para Tancredo, não foi justo para o Brasil. Depois de 21 anos de autoritarismo o povo brasileiro recuperou a democracia, com Tancredo, contando com Tancredo. Uma união nacional se formou em torno deste homem para elegê-lo. Agora era preciso governar e promover as mudanças que a sociedade reclamava. Todas as esperanças estavam depositadas na sua inteligência, no seu equilíbrio, na sua integridade, na sua visão política. E de repente este homem nos falta. Só um milagre poderá salvá-lo.

Tancredo tinha muito claro para si, e sempre deixou claro para todos, que seu governo seria um governo de transição e de construção. De transição para a democracia. De construção da democracia. Sabia que também teria de enfrentar graves problemas econômicos e sociais. Mas estes problemas estão inseridos na estrutura da formação social capitalista, subdesenvolvida e industrializada do Brasil. E por isso não contemplam soluções rápidas, milagrosas, radicais.

A transição para a democracia também não comporta milagres. Mas pode ser feita de forma rápida, radical no plano institucional, ao mesmo tempo que vai sendo construída passo a passo no nível real da economia e da sociedade. No nível da economia, redu-

zindo-se as disparidades de renda. No nível da sociedade, organizando-se os trabalhadores politicamente, tornando-os atores do processo político.

Agora, para o presidente Sarney, à frente de uma nação desorientada e perplexa, nada é mais prioritário do que a transição para a democracia. Essa transição se fará de duas formas: no plano institucional, através das reformas constitucionais em curso, visando acabar com o "entulho autoritário" e, em seguida, através do trabalho da Constituinte, no plano real, através da capacidade que a nação brasileira, liderada pelo próprio Sarney, revele de enfrentar e superar a crise política provocada pela agonia de Tancredo Neves.

Teremos momentos difíceis porque os problemas são graves e Sarney, embora tenha a legalidade, embora tenha a Constituição a apoiá-lo, só recentemente começou a obter legitimidade política derivada do apoio da sociedade civil. Seu comportamento irrepreensível em todo este trágico episódio da doença de Tancredo tem sido importante nesse sentido. É fundamental para a transição democrática do Brasil que essa legitimidade continue em ascensão.

Para isso, é importante que o presidente tome a iniciativa de definir com clareza o caráter transitório de seu governo. E, ao mesmo tempo, que reafirme os compromissos da Aliança Democrática de mudança no plano econômico e social.

O regime brasileiro é radicalmente presidencialista. O poder do presidente da República é enorme. E nestes momentos de crise, é maior do que nunca. É um poder que precisa ser usado com grandeza, com espírito público, com capacidade de sacrifício pessoal.

Tancredo teve seu grande momento quando renunciou ao governo de Minas Gerais e liderou a arrancada para a redemocratização do Brasil. Transformou-se, então, nas palavras do governador Montoro, no "símbolo de unidade do povo brasileiro". Assim ele permanecerá. Agora é a hora e a vez de José Sarney. Ele terá inicialmente o apoio de toda a sociedade, mas para conservá-lo ele deverá agir com coragem e decisão — com a coragem e a decisão que definem os estadistas nas horas difíceis, em que a sorte parece ter abandonado a nação. (16.4.85)

Saber interpretar a vontade do povo

A morte do presidente Tancredo Neves é uma tragédia que atinge todo o povo brasileiro. O Brasil havia colocado todas as suas

esperanças nas mudanças políticas, econômicas e sociais que faziam parte de seu compromisso para com a nação. Agora, depois de um sofrimento de 39 dias, Tancredo Neves nos deixa, delegando a seu vice-presidente, José Sarney, e a todos nós, cidadãos, o cumprimento de seu compromisso.

Enfrentaremos problemas difíceis nos próximos meses. A hora é grave e as dificuldades não devem ser subestimadas. Não há razão, entretanto, para que assumamos posições apressadas, muito menos para que percamos a esperança de tornar este país uma democracia mais próspera, mais justa e verdadeiramente livre.

O movimento que levou Tancredo Neves à presidência da República foi por ele liderado, mas foi um movimento de toda a sociedade brasileira. A luta pela redemocratização do país foi ganhando o coração e as mentes de todo o povo brasileiro a partir de meados dos anos setenta. E tornou-se um processo irreversível após a campanha nacional pelas eleições diretas.

Agora, quando o líder eleito nos falta, toda a sociedade civil deverá se unir para realizar a tarefa de Tancredo Neves. Ou melhor, para completá-la, porque os primeiros grandes e decisivos passos já foram dados, com o restabelecimento da democracia.

Nessa tarefa, o papel de todos os líderes políticos nacionais e em particular do presidente constitucional, José Sarney, é fundamental. Sua missão será, sem dúvida, a de liderar o processo político, de tornar efetivos os compromissos do programa da Aliança Democrática. Mas para realizar essa tarefa será necessário conhecer e interpretar a vontade de toda a sociedade civil e de todo o povo. E manter unida essa sociedade civil identificada com o povo.

Porque este é o grande desafio: manter unida a sociedade civil em torno dos ideais da democracia, do desenvolvimento e da afirmação pacífica da soberania nacional. Não foi por acaso que Tancredo Neves, em seu último pronunciamento à nação, afirmou “não vamos nos dispensar”.

A sociedade é naturalmente dividida em classes sociais e em posições ideológicas. Mas nos momentos de crise, como foi o da luta pela redemocratização, e agora será o da perda de Tancredo Neves, ela poderá ser mantida unida, se as lideranças políticas forem capazes de interpretar a vontade dos trabalhadores, das classes médias assalariadas e dos empresários, antecipar suas necessidades e mediar os seus conflitos.

O povo de São Paulo deu ontem a Tancredo Neves um maciço e comovente adeus. Cantou o Hino Nacional, reafirmou sua

esperança e sua disposição de luta pacífica e ordeira pela democracia.

Cabe agora ao presidente José Sarney assumir o comando da nação e, com a firmeza de seu primeiro pronunciamento logo após a morte de Tancredo Neves, obter o apoio de todos e conduzir o país a seus objetivos maiores: a democracia, a paz, o desenvolvimento e a justiça social. (23.4.85)

Conflito social e regra salarial

As greves que estão ocorrendo em todo o estado já eram esperadas, mas, assim mesmo, preocupam. Preocupam especialmente os empresários que estão sendo desafiados pelos trabalhadores organizados sindicalmente. E ao mesmo tempo deixam o governo em uma situação difícil. Seu papel é, de um lado, tentar intermediar, arbitrar. De outro, através do poder de coerção da polícia, manter a ordem, fazer respeitar a lei, o direito de greve, a liberdade de cada cidadão, a propriedade.

Os empresários imaginam que a lei e a ordem estão apenas do lado deles. No caso da invasão de fábricas ou da constituição de reféns isto é obviamente verdade. Mas nos demais casos as situações são muitas vezes dúbias, ficam na área cinzenta dos direitos de ambas as partes. Os trabalhadores têm o direito à greve, têm o direito à propaganda da greve, têm o direito de fazer piquetes, desde que não seja para impedir fisicamente os colegas de entrar na fábrica, têm ou deveriam ter o direito de não ser demitidos por suas ações legítimas de mobilização dos trabalhadores. E esses direitos dos trabalhadores muitas vezes não são respeitados pelas empresas.

No meio do conflito de classes fica o governo, até há dois anos decididamente a favor das empresas. Hoje tenta ser neutro, atender a ambas as partes. O resultado são críticas tanto do lado dos trabalhadores quanto do lado dos empresários. Para os trabalhadores, o governo está sempre a serviço do capital. Para os empresários que ainda não perderam o vezo autoritário, a polícia é sempre omissa.

A omissão, entretanto, é menos da polícia e mais das autoridades econômicas e sociais que não conseguem definir uma regra geral que sirva de base para as negociações. Com a redemocratização e a aceleração da inflação, a regra formalmente vigente, o Decreto n.º 2.045, entrou em desuso. Os trabalhadores, vendo seus

salários reais serem comidos pela inflação, partem para demandas radicais de trimestralidade, de reposição salarial e redução de jornada de trabalho, que, na medida em que vão sendo atendidas, aceleram inapelavelmente a inflação. Os empresários, por sua vez, fazem contrapropostas insuficientes. Ambas as partes participam de um jogo, mas, diferentemente do que acontece nos países centrais, esse jogo, além de um jogo de forças, é um jogo de azar. Porque há um terceiro parceiro do jogo, a taxa de inflação, que, ao acelerar-se (ou desacelerar-se) altera o resultado efetivo das barganhas realizadas.

A única forma de acabar com esse elemento de roleta, de azar, nas relações entre o capital e o trabalho, é assegurar aos trabalhadores a manutenção do salário médio real mais o aumento da produtividade. Esta é a regra geral necessária, que não seria um teto, mas um piso, a não ser para as empresas em notórias dificuldades, cujos trabalhadores poderiam voluntariamente fazer acordos abaixo desse piso para garantir seu emprego.

A regra da manutenção do salário médio real — inclusive uma forma simples de calculá-lo — é necessária e urgente. E só pode partir do governo. Essa regra não resolverá todos os problemas, porque, afinal, os conflitos sociais não se resolvem com leis, muito menos com aritméticas, mas será essencial para estabelecer uma base racional em torno da qual se trave o conflito. (30.4.85)

O momento é de incerteza

Tancredo Neves não resolveria todos os nossos problemas. Teria que enfrentar todas as contradições internas à união nacional que construiu em torno de sua candidatura e através da qual logrou derrotar definitivamente o pacto político autoritário, que dominava o país desde 1964.

Estas contradições não nos autorizavam certezas. Podíamos, entretanto, confiar em que Tancredo, apoiado em uma excepcional legitimidade política, saberia combinar seu próprio conservadorismo com os compromissos de mudança política e social que sua consciência moral e sua sensibilidade política compreendiam inarredáveis.

Com sua morte o sentimento de incerteza volta a ser dominante em toda a nação. As classes dirigentes tiveram maturidade suficiente para resolver com rapidez o problema institucional cria-

do, dando posse a José Sarney. Este, a partir do fato de que era a única solução democrática viável, passou imediatamente a ganhar legitimidade junto à sociedade civil. Seu comportamento discreto ajudou-o nesse processo.

Mas esse movimento rápido da sociedade, buscando a qualquer custo preservar a democracia tão duramente conquistada, está longe de garantir um período de tranqüilidade política para o país. A união nacional construída por Tancredo dificilmente seria mantida por ele; para Sarney essa tarefa será ainda mais difícil.

Na verdade, a partir do momento em que Tancredo e Sarney foram eleitos, já não se podia mais falar em união nacional. Não apenas os partidos de oposição já passaram a adotar posições divergentes, mas, dentro do bloco de poder que os elegeu, começavam a reaparecer as clivagens ideológicas e de grupos de interesse. O conflito trava-se, fundamentalmente, (1) entre conservadores e progressistas, (2) entre ortodoxos ou monetaristas em matéria de política econômica e os estruturalistas, (3) entre os que consideram o problema social um problema a ser enfrentado com repressão policial e os que preferem combinar a firmeza e a prudência da ação repressiva com mudanças cautelosas mas efetivas na estrutura social, (4) entre os que consideram inviável escapar às determinações do FMI e dos credores internacionais e aqueles que acreditam viável uma negociação soberana da dívida externa, (5) entre os que não estão jamais dispostos a sacrificar um pouco da ordem em nome da justiça e aqueles que estão, (6) enfim, entre aqueles que têm uma concepção mais formal e aqueles que têm uma concepção mais substantiva de democracia.

Estas contradições refletem-se todas sobre o governo Sarney e o levam ao imobilismo ou então à adoção de medidas muito tímidas e contraditórias. Tem-se reclamado muito que Sarney comece a governar. Sarney já começou, mas sente-se naturalmente manietado pelas contradições de seu governo, expressas em seu ministério, e, mais do que isto, expressas no esquema de forças que o elegeu juntamente com Tancredo.

Na verdade, há dois pactos políticos possíveis em conflito dentro da Aliança Democrática: um pacto liberal burguês e um pacto democrático popular, que não correspondem necessariamente ao PMDB e ao PFL. O pacto liberal burguês, de caráter conservador, corresponde ideologicamente à primeira das seis alternativas acima enumeradas; o pacto democrático popular, às outras cinco

alternativas. Ambos são pactos democráticos, mas termina aí sua identidade.

O presidente procurará por todas as formas manter a união nacional, não deixando prevalecer nenhum dos dois pactos políticos. Mas, ao fazer isto, imobilizará seu governo. E deixará que o jogo das forças políticas sociais se encarregue de determinar, à sua revelia, qual sistema de poder político prevalecerá.

Em síntese, o pacto político capitalista-tecnoburocrático, de caráter não apenas conservador mas também autoritário, que prevaleceu no Brasil entre 1964 e 1984, está terminado. O pacto democrático de união nacional que elegeu Tancredo e Sarney teve caráter transitório. Agora as alternativas são (1) ou um pacto democrático popular, apoiado nas classes médias progressistas e nas trabalhadoras, (2) ou um pacto liberal burguês, apoiado na grande burguesia e nas classes médias conservadoras, (3) ou o imobilismo do governo, que provavelmente nos levará à estagnação econômica e à instabilidade social crônica. (Examinaremos estas alternativas mais extensamente no próximo capítulo.) (7.5.85)